



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Parecer Jurídico

Processo Administrativo: 8.174/2025

Requerente: AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Assunto: Análise de recursos interpostos quanto à habilitação de empresas participantes do certame licitatório Concorrência n. 02/2025, cujo objeto é a construção de creche no Bairro Boa Vista. Recursos da C. Pacheco Construções Ltda, Constroi Arquitetura e Engenharia Ltda e Isaped Construtora e Serviços Ltda. Contrarrazões das empresas C. Pacheco Construções Ltda e Costa e Freitas Construções e Serviços Ltda. Considerações Jurídicas.

As empresas C. Pacheco Construções Ltda, Constroi Arquitetura e Engenharia Ltda e Isaped Construtora e Serviços Ltda interpuseram recursos administrativos contra o ato de inabilitação das mesmas pela Comissão de Licitação no certame licitatório realizado na plataforma digital BLL Compras, conforme Anexo I da 3ª Ata de Sessão de Concorrência Eletrônica n. 02/2025, com base nas informações disponibilizadas na Plataforma BLL Compras em **02/06/2025**, documento anexado no evento #14 pela Divisão de Licitação.

Tal ata de inabilitação das empresas foi anexada à Ata de Sessão Extraordinária da Comissão de Contratação, realizada em **06/06/2025**, conforme documento anexado no evento #14 pela Divisão de Licitação, ou seja: a inabilitação se deu antes da ata de sessão extraordinária, sendo que nesta ata a Comissão de Contratação deliberou sobre a manifestação protocolada pela empresa C. Pacheco Construções Ltda, e a receber como "direito de petição", o que foi feito através do processo administrativo n. 7.454/2025, em **03/06/2025**.

Contudo, em **30/05/2025**, a Comissão de Contratação se reuniu e deliberou o seguinte:

"Participaram do certame licitatório as empresas NOVA OPÇÃO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, DIAGRAMA SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, COSTA E FREITAS CONTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, R SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA,





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, ZAQUIEU ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA, VIVENA ENGENHARIA LTDA e AJOTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Ato contínuo, a Senhora Presidente seguiu informando aos membros da Comissão de Contratação sobre os motivos que impedem as empresas de prosseguir na fase seguinte do certame, apresentado, detalhadamente, as falhas encontradas nas documentações apresentada de cada licitante. Destacou, ainda, a relevância do objeto licitado e a necessidade de uma análise criteriosa da situação, considerando os argumentos e justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Enfatizou-se a urgência da retomada das obras de construção da Creche no Bairro da Boa Vista anteriormente paralisadas em razão da rescisão unilateral do Contrato nº 2887/2016, bem como o risco iminente de perda recursos federais e consequente possibilidade de sanções à este órgão municipal caso o impasse não seja resolvido com a devida celeridade. Conforme manifestação da Secretaria de Controle Interno, ressaltou-se que o novo procedimento licitatório está em conformidade com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, estando respaldados por estudos técnicos preliminares, parecer jurídico favorável, licença ambiental vigente e adequada reserva orçamentária, o que evidencia o devido planejamento e a observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, pilares que regem a administração pública. Ato contínuo, a Senhora Presidente juntamente com os membros, debateram, item a item sobre os motivos que impedem as empresas de prosseguirem na fase seguinte do certame, com o intuito de oportunizar aos licitantes presentes a chance de corrigir falhas sanáveis, conforme legislação, obedecendo a ordem classificatória das empresas. Ato contínuo, sendo assim, definiu-se o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, considerado justo por todos os membros, a juntada de documentos preexistes a data de abertura do certame, qual seja, dia 27/05/2025, as 10:00 horas, conforme artigo n.º 64, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021. Ato contínuo, informo que a Senhora Presidente ressaltou a respeito do Ofício nº 032/2024-PJSJV da Promotora de Justiça do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, processo flowdocs 17649/2024, onde é informado o PA nº 05.22.0009.0003811/2024-71, com prazo de cumprimento previsto para 24/02/2025, solicitando no prazo de 30 dias, cópia do calendário do edital de licitação da construção da Creche Municipal Maria Emília Esteves, no bairro da Boa Vista. Ato contínuo, a Senhora Presidente e os membros da Comissão entendem ser necessários darem ciência a Ilma. Senhora Secretaria de Educação e Exmo. Sr. Prefeito do assunto debatido nesta reunião. Faço constar que a Senhora presidente informou que a devida ata será publicada em Diário Oficial Municipal. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião extraordinária.”





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Na Ata de Sessão da reunião da Comissão de Contratação realizada em **06/06/2025**, ficou deliberado que a:

"Comissão manifestaram-se contrariamente ao recebimento do referido recurso por entenderem que a forma e o momento da interposição não respeitam o rito estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e nas regras editalícias. A manifestação foi feita fora da plataforma eletrônica BLL Compras, meio oficial do certame, e antes da fase recursal prevista no cronograma licitatório, comprometendo os princípios da publicidade, isonomia e transparência, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Destacou a Presidente que a plataforma BLL Compras é o meio oficial de tramitação do certame e garante o acesso em tempo real a todos os interessados. A apresentação de recurso por meio externo impossibilita o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa pelos demais licitantes, afrontando a legalidade e a segurança jurídica. A Senhora Presidente informou que por solicitação do setor jurídico, os motivos que ensejaram a inabilitação de todas as empresas participantes, inclusive da requerente, bem como os fundamentos que justificaram a reabertura do prazo para apresentação de nova documentação por todos os licitantes, estarão devidamente detalhados no anexo I, em virtude da grande quantidade de informações envolvidas. Faço constar que a Senhora presidente informou que a devida ata será publicada em Diário Oficial Municipal. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião extraordinária."

Ressalte-se que todas as empresas que participaram do certame foram inabilitadas, o Anexo I da Ata da 3ª Sessão de Extraordinária, que informam a inabilitação das empresas, foi extraída das informações da plataforma BLL Compras em **02/06/2025**, o que pode parecer um absurdo, uma vez que a primeira reunião da Comissão ocorreu em **27/05/2025**, quando ocorreu a abertura do certame, com recebimento e julgamento das propostas, em que todas as empresas foram inabilitadas mas a Comissão concedeu prazo de 24 horas para que as empresas juntassem os "documentos preexistentes" para sanar as habilitações, conforme foi registrado na Ata de Sessão Extraordinária da Comissão de Contratação ocorrida em **30/05/2025**.

Ressalte-se que apenas as empresas C. Pacheco Construções Ltda, Constroi Arquitetura e Engenharia Ltda e Isaped Construtora e Serviços Ltda interpuseram recursos administrativos contra o ato de inabilitação da Comissão de Licitação, sendo





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

que somente as empresas C. Pacheco Construções Ltda e Costa e Freitas Construção Comércio e Serviços Ltda contrarrazoaram os recursos apresentados.

A empresa C. Pacheco Construções LTDA, além de ter interposto o recurso na Plataforma BLL Compras, em **16/06/2025**, através de seu representante legal, a mesma utilizou de seu direito de petição, que foi feito através do processo administrativo n. 7.454/2025, em **03/06/2025**, considerando que a Comissão havia negado a apresentação de recurso na Plataforma BLL Compras, conforme Ata de Sessão realizada em **06/06/2025**.

Dispõe a Lei 14.133/21:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.

§ 1º As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

§ 2º A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Verifica-se no evento #14 que foi anexada, em caráter temporário, Ata de Sessão gerada em 23/06/2025, em continuidade dos trabalhos da Comissão de Contratação e continuidade da sessão de julgamento iniciado em 07/05/2027, com a publicação do edital, em que demonstra, na página 15, as empresas que foram habilitadas e classificadas pela Comissão, com as respectivas propostas de preços:

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1 COSTA E FREITAS CONTRUCAO	604	11.620.684/0001-40	5.400.893,3517	4.298.892,89	21,20	Sim
2 CONSTROIARQUITETURA E	685	13.161.701/0001-54	5.454.902,2852	4.582.576,1772	16,00	Não
3 C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA	291	03.767.694/0001-85	5.400.893,3517	4.855.348,5687	11,00	Sim
4 ZAQUIEU ARQUITETURA E	256	09.513.415/0001-33	5.454.902,2852	5.345.793,3286	2,01	Não

E as empresas inabilitadas:

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
NOVA OPÇÃO CONSTRUÇOES E	920	51.198.228/0001-79	4.582.576,1772	4.173.417,59	23,5000	Não
DIAGRAMA SERVIÇOS TECNICOS DE	381	20.210.041/0001-10	4.637.130,6555	4.287.981,9944	21,4000	Não
ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS	312	46.571.106/0001-46	4.800.794,0904	4.293.437,4422	21,3000	Não
R SIMBRA DISTRIBUIDORA	775	09.121.931/0001-12	5.346.338,8734	4.577.120,7294	16,1000	Não
VIVENA ENGENHARIA LTDA	076	21.155.325/0001-13	5.400.893,3517	5.400.893,3517	1,0000	Sim
AJOTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	313	47.787.075/0001-28	5.454.902,2852	5.454.902,2852	0,0100	Sim

Contudo, este Advogado pediu, no evento #26 do processo em epígrafe, esclarecimentos aos responsáveis pela Divisão de Licitação do porquê na Plataforma BLL Compras, na denominada Aa de Sessão em 27 de junho de 2025, está consignada a informação de que houve julgamento de recursos, conforme tabela acima, tendo o Chefe da Divisão de Licitação e a Agente de Contratação, em "RELATÓRIO.pdf" anexado no evento #28, de 28 páginas, em páginas 27 e 28, justificado o seguinte:

Conforme questionado pela Procuradoria Geral do Município, esta Divisão de Licitação informa que a ata questionada, anexa para julgamento da fase recursal, nada mais é que um documento que demonstra em sua totalidade, todo o andamento do processo, até o momento em que a ata foi gerada. Sendo assim, esclareço que a ata foi gerada na fase de julgamento recursal, ainda não finalizado e sem movimentação e registros.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Esta Divisão esclarece que os recursos e contrarrazões não foram julgados em 18/06/2025, mas sim teve início da citada fase neste dia, conforme relatório acima.

Esclareço que somente após a finalização da análise jurídica, a Comissão julgará os recursos e contrarrazões.

Esta Divisão esclarece que, em contato com a plataforma BLL compras via telefone, foi solicitado a possibilidade de confecção de ata que possibilite melhor o entendimento das ações, mensagens, registros, lances, fases e movimento do processo que, devido sua complexidade, com reuniões extraordinárias, múltiplas inabilitações, concessão de prazo para juntada de documentos preexistentes, tornou o processo de extrema complexidade. Em resposta fomos informados da impossibilidade, neste momento, da geração da ata solicitada, vez que a plataforma, assim como as demais, operam com registros automáticos, sendo as atas geradas através do sistema da plataforma. O que seria necessário acionar empresa para tanto, caso entendessem a necessidade. Sendo assim, e-mail foi enviado à plataforma, solicitando essa resposta formal para anexo aos autos. (sublinhado)

A justificativa quanto à informação na Ata de Sessão de 27 de junho de 2024, gerada em 23 de junho de 2025, conforme anexada no evento #14 sob o arquivo AtaSessaoFinal80e20250623205904556_24_06_25.pdf, é de inteira responsabilidade da Agente de Contratação e Chefe da Divisão de Licitação.

Em continuação, veja-se que pode a Comissão de Licitação, nos termos do art. 64, I e II e § 1º da Lei 14.133/21, que dispõe que **após a entrega dos documentos para habilitação, em sede de diligência, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação**, o que foi realizado na Ata de Sessão do dia **30/05/2025**, anexada no evento #14, e acima mencionada, pois concedeu prazo de 24 horas para que as empresas pudessem apresentar documentos complementares preexistentes à guisa de se habilitarem no certame, obedecendo-se o princípio da legalidade e interesse público, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/21.

Verifica-se que depois de todas as empresas terem sido inabilitadas e tendo a Comissão de Contratação cedido prazo para que as mesmas sanassem as os





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

documentos faltantes, somente aquelas que pertencem ao primeiro quadro obtiveram êxito.

DOS RECURSOS APRESENTADOS:

Quanto aos recursos apresentados, entendo que a empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** demonstrou, em suas razões, estar habilitada, uma vez que no edital, cláusula 7.7. apenas dispõe "**Apresentar declarações conforme Anexo 14 – Modelo de Carta de Preposição.**"

Eis o edital:

7.6. Apresentar declarações conforme Anexo 11 – Modelo de Declarações Conjunta.

7.7. Apresentar declarações conforme Anexo 14 – Modelo de Carta de Preposição.

Verifica-se que tal cláusula não é elucidativa quanto à necessidade da carta de preposto, se para que terceiro represente a empresa no certame licitatório ou para que o preposto represente a empresa no decorrer da execução da obra ou contrato, sendo certo que a figura do preposto é para representar a empresa no decorrer da obra, nos termos do art. 118 da Lei 14.133/21:

Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Quanto às razões de ilegalidade de abertura de prazo, conforme irressignada a a empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA**, remeto ao já abordado neste parecer de que pode a Comissão de Licitação, nos termos do art. 64, I e II e § 1º da Lei 14.133/21, **após a entrega dos documentos para habilitação, em sede de diligência poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação**, o que foi realizado na Ata de Sessão do dia **30/05/2025**, anexada no evento #14, e acima mencionada, pois concedeu prazo





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

de 24 horas para que as empresas pudessem apresentar documentos complementares preexistentes à guisa de se habilitarem no certame, obedecendo-se o princípio da legalidade e interesse público, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/21.

Ademais, neste tópico, a empresa recorrente apenas menciona que **autorizar a juntada de novos documentos por licitantes inabilitados constitui medida claramente ilegal, na medida em que não se trata de mera regularização de falha formal sanável nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/202**. Porém, tal alegação é genérica e a empresa recorrente somente manifestou-se especificamente quanto à inabilitação da empresa Costa e Freitas Construção Comércio e Serviços Ltda, quanto a não apresentação de BDI em sua proposta, mas a apresentação de BDI pode e deve ser realizada no final da disputa dos lances de menor preço, inclusive podendo ser sanada no que couber, quando não prejudiquem o teor das ofertas, devendo licitante vencedor **reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora**, nos termos do art. 56, § 5º da Lei 14.133/21:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Eis o entendimento do TCU:

É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. (Acórdão 1204/2024-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO
ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Erro formal, Diligência)

É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade.

(Acórdão 187/2014-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO ÁREA: Licitação | TEMA: Julgamento | SUBTEMA: Erro material Outros indexadores: Proposta, Aproveitamento, Possibilidade)

É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Acórdão 1204/2024-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO
ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Erro formal, Diligência

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS
ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Princípio do formalismo moderado)

Quanto ao recurso da empresa **CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, o mesmo questiona a habilitação e classificação da empresa **COSTA E FREITAS CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** referente à sua habilitação técnica, sob o entendimento de cumprimento integral do Item 7 do Edital, quanto à insuficiência técnica para atuar em todas as áreas de engenharia. Neste ponto, sirvo-me do parecer técnico da Comissão de Licitação, anexado no evento #2, de que ***os serviços de engenharia elétrica destacados no edital não estão tecnicamente comprovados, pois os atestados apresentados excluem expressamente a responsabilidade técnica pelas atividades pertinentes a essa disciplina, exigindo-se, inclusive, registro e responsabilidade de engenheiro eletricista, o que não foi atendido*** e de que ***diante da análise dos***





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

documentos apresentados e os questionamentos levantados pela empresa Constroi Arquitetura E Engenharia Ltda, este setor julga pela inabilitação da empresa COSTA E FREITAS CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, especificamente em relação aos serviços de engenharia elétrica, conforme detalhado nos atestados técnicos apresentados, por inexistência de comprovação válida de capacidade técnica para os referidos serviços.

Quanto ao recurso da empresa **ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTD**, o mesmo aborda que ***apresentou, tempestivamente, os balanços de 2022 e 2023, válidos e firmados por contador habilitado. Ademais, o balanço do exercício de 2024 já se encontra disponível e será enviado anexo ao presente recurso, o que reforça a ausência de prejuízo à Administração e a possibilidade de saneamento conforme o princípio da busca da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e que o Edital (item 7.4.2) exige apresentação dos balanços dos dois últimos exercícios sociais exigíveis à data da licitação. A abertura das propostas ocorreu em 27 de maio de 2025, e o prazo legal para elaboração e arquivamento das demonstrações financeiras de 2024 encerra-se em 31 de maio de 2025, conforme o artigo 1.078 do Código Civil.*** Neste ponto, entendo com razão a empresa, com base no Acórdão do TCU n. 1.659/2015, de que ***é admitida a apresentação do balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior quando ainda não decorrido o prazo legal para a apresentação do mais recente***, servindo-me do parecer técnico contábil anexado no evento #11, que ***opina pela retificação do parecer contábil anteriormente emitido em 28/05/2025, passando a manifestar-se pela HABILITAÇÃO da empresa ISAPED Construtora e Serviços Ltda, no que se refere aos critérios de habilitação econômico-financeira, conforme disposto no Edital da Concorrência nº 02/2025.***

Contudo, quanto a habilitação técnica, a empresa não logrou estar apta a construir a obra, considerando o parecer técnico da Comissão de Licitação anexado no evento #2, que asseverou que ***a empresa não atendeu integralmente ao***





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

segundo ponto do item 7.5.8, pois não comprovou a execução de escavação mecânica e que a comprovação de instalações de prevenção e combate a incêndio foi feita apenas por atestado profissional, sem respaldo em atestado operacional, descumprindo assim o terceiro ponto do item 7.5.8 do edital e diante disso, entende-se que a licitante não demonstrou plena capacidade técnica para atendimento aos itens exigidos no edital, conforme previsto no acervo técnico mínimo requerido.

Em análise da documentação da empresa **CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, os membros da Comissão de Contratação, no relatório de análise anexado no evento #21, decidiram que

de acordo com os documentos constantes nos autos, o edital da presente licitação estabeleceu, de forma clara, os limites e critérios para a composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), fixando percentuais ou faixas para elementos como encargos sociais, administração local e central, lucro, entre outros. O objetivo de cumprir esses parâmetros é garantir a isonomia entre os licitantes e a comparabilidade objetiva das propostas.

Contudo, conforme verificado, a proposta apresentada pela empresa CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. contém composição do BDI com percentuais inferiores aos exigidos no edital, contrariando os critérios estabelecidos pela Administração Pública. Nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitação deve ser processada e julgada com a observância dos critérios objetivos definidos no edital. Além disso, o art. 59 da mesma lei, ao tratar da desclassificação de propostas, prevê expressamente que:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I – não atendam aos requisitos técnicos estabelecidos no edital da licitação;

Portanto, a apresentação de composição do BDI em desacordo com o edital, especialmente quando inferior aos valores mínimos estabelecidos, configura descumprimento às regras do certame, o que acarreta a desclassificação da proposta, nos termos legais.

Por fim, entendo que, quando à análise da habitação das empresas, em 02 de junho de 2025, conforme ANEXO I DA 3ª ATA EXTRAORDINÁRIA – CONCORRÊNCIA Nº 002-2025, documento anexado no evento #14 sob o arquivo *Anexo I da 3ª Ata Extraordinária - Concorrência nº 002-2025assinada.pdf*, a única empresa que não tinha nenhum impedimento para contratar com a Administração era a empresa **C.**





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, salvo quanto à ausência de Carta de Preposto, tendo sido a mesma entregue conforme arquivo C.PACHECO DOCUMENTO COMPLEMENTAR *Creche_Boa_Vista_-_Carta_de_Preposicao...* anexada no evento #28, supriu tal exigência feita pelo edital, entretanto desnecessária, conforme objeto de análise jurídica acima, entendendo este Advogado que ***verifica-se que tal cláusula não é elucidativa quanto à necessidade da carta de preposto, se para que terceiro represente a empresa no certame licitatório ou para que o preposto represente a empresa no decorrer da execução da obra ou contrato, sendo certo que a figura do preposto é para representar a empresa no decorrer da obra, nos termos do art. 118 da Lei 14.133/21***, considerando, ainda, que foi a única empresa indignou-se com a sua inabilitação e apresentou recurso, tendo sido o mesmo negado pela Comissão de Contratação, conforme ata extraordinaria_3ª - concorrência nº 02-2025 - Creche Boa Vista_assinada.pdf, anexada no evento #14, sob a alegação de que:

*a reunião foi convocada com a finalidade de deliberar sobre manifestação protocolada pela empresa C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, como direito de petição, apresentada por meio de processo administrativo eletrônico (flowdocs), com teor de recurso referente à fase de habilitação (ainda não finalizada) da presente licitação. Participaram do certame licitatório as empresas NOVA OPÇÃO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, DIAGRAMA SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, COSTA E FREITAS CONTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, R SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, ZAQUIEU ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA, VIVENA ENGENHARIA LTDA e AJOTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. **Ato contínuo, os membros da Comissão manifestaram-se contrariamente ao recebimento do referido recurso por entenderem que a forma e o momento da interposição não respeitam o rito estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e nas regras editalícias. A manifestação foi feita fora da plataforma eletrônica BLL Compras, meio oficial do certame, e antes da fase recursal prevista no cronograma licitatório, comprometendo os princípios da publicidade, isonomia e transparência, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Destacou a Presidente que a plataforma BLL Compras é o meio oficial de tramitação do certame e garante o acesso em tempo real a todos os interessados. A apresentação de recurso por meio externo impossibilita o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa pelos demais licitantes, afrontando a legalidade e a segurança jurídica.** A Senhora Presidente informou que por solicitação do setor jurídico, os motivos que ensejaram a*





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

inabilitação de todas as empresas participantes, inclusive da requerente, bem como os fundamentos que justificaram a reabertura do prazo para apresentação de nova documentação por todos os licitantes, estarão devidamente detalhados no anexo I, em virtude da grande quantidade de informações envolvidas.

Neste ponto, entende este Advogado que foi cerceado o direito da empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA**, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Não foi oportunizada à empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** a interposição de recurso, tendo a mesma realizado direito de petição, com fulcro no art. 5º, XXXIV, a da Constituição federal, conforme processo administrativo n. 7.454/2025, **não tendo as demais empresas se irresignado quanto à decisão da Comissão quanto as irregularidades apontadas pela mesma quanto as suas inabilitações, o que pressupõe que as mesmas, ante o seu silêncio, acataram a deliberação da Comissão de Contratação.**

Veja-se que a própria Comissão de Contratação, na *ata extraordinaria_2ª - concorrência nº 02-2025 - Creche Boa Vistaassinada.pdf*, anexada no evento #14, adotou o princípio do formalismo moderado, conforme jurisprudência do TCU acima colacionada, tendo decidido que

(...) Ato contínuo, a Senhora Presidente juntamente com os membros, debateram, item a item sobre os motivos que impedem as empresas de prosseguirem na fase seguinte do certame, com o intuito de oportunizar aos licitantes presentes a chance de corrigir falhas sanáveis, conforme legislação, obedecendo a ordem classificatória das empresas. Ato contínuo, sendo assim, definiu-se o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, considerado justo por todos os membros, a juntada de documentos preexistes a data de abertura do certame, qual seja, dia 27/05/2025, as 10:00 horas, conforme artigo n.º 64, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

Ora, a própria Comissão reconheceu a possibilidade de as empresas sanarem as exigências do edital, concedendo prazo de 24h para tanto, e, considerando que a





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Carta de Preposto somente é exigível no momento da celebração do Contrato, nos termos do art. 118 da lei 14.133/21, não tendo o edital no item 7.7 disposto o momento de tal exigência, e, considerando que a **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** foi a única empresa que estava habilitada nos demais requisitos do edital, requisitos estes atinentes à capacidade técnica, contábil e na elaboração da proposta com o BDI nos termos do edital, conforme a mesma alega em suas razões de recurso, entendo que a mesma estava habilitada no momento da abertura do certame, em 27 de maio de 2025.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, feitas as considerações jurídicas e considerando que a Comissão de Contratação é o órgão soberano para julgamento do certame, nos termos do art. 6º, L c/c art. 8º, § 3º da Lei 14.133/21, que prescrevem que a **comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares** e que **as regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei**, encaminho o presente parecer à Comissão para deliberação.

É o parecer.

São José do Vale do Rio Preto, 27 de junho de 2025.

VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO
Advogado do Município
OAB/RJ 88801 e Mat. 1481





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

7639742BF8AC47989A9C47416FD6E2DB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/7639742BF8AC47989A9C47416FD6E2DB>